



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00425492720198172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCINALDO LUIZ DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

DA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O TRUMATISMO CRANIANO E O ACIDENTE

E DA AUSÊNCIA DE AGRAVAMENTO DA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada pericia técnica a qual apurou que decorrente do sinistro em questão, o autor sofrera lesão no membro inferior direito com repercussão leve (25%), efetuando o pagamento no valor de R\$2.362,50:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA**DADOS DO SINISTRO****Número:** 3190260991**Cidade:** Paulista**Natureza:** Invalidez Permanente**Vítima:** LUCINALDO LUIZ DA SILVA**Data do acidente:** 29/11/2018**Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A**PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA****Data da análise:** 29/04/2019**Valoração do IML:** 0**Perícia médica:** Não**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DE FEMUR DIREITO.**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSSÍNTESE E ALTA.**Sequelas permanentes:** DEBILIDADE FUNCIONAL MEMBRO INFERIOR DIREITO.**Sequelas:** Com sequela**Conduta mantida:****Quantificação das sequelas:** DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE MEMBRO INFERIOR DIREITO.**Documentos****complementares:****Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

Cumpramos esclarecer que a parte autora alega na exordial que sofreu traumatismo craniano e lesão no membro inferior direito, todavia, não comprova o traumatismo craniano alegado, sendo importante ressaltar que os documentos médicos acostados à exordial comprovam somente lesão no membro inferior direito após o acidente:

Processo:

GESTÃO DE PESSOAS

CODIGO

FAT.SAM.01

REVISÃO

00

INFORMAMOS QUE ESTA FICHA FOI CONFECCIONADA A PARTIR DE DADOS EXTRAIDOS EXCLUSIVAMENTE DO PRONTUÁRIO MÉDICO DO (A) PACIENTE ABAIXO IDENTIFICADO (A).

NOME: Lucinaldo Luiz da Silva

REGISTRO: 760928 DATA DE NASCIMENTO: 08/02/1977

RG: 5025371 ORGÃO EMISSOR: SSP/PE

ENDEREÇO: Rua: São João Batista nº 212

Bairro: Janga Paulista

NOME DA MÃE: Maria da Luz da Silva

DATA ADMISSÃO: 05/12/2018 DATA ALTA: 14/12/2018

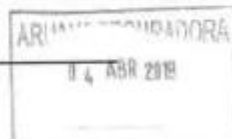
DATA DO PROCEDIMENTO: 12/12/2018 CID: S72.3

DIAGNÓSTICO: Fratura da Diáfise do Fêmur
Direito

TRATAMENTO REALIZADO: Tratamento Cirurgico de
Fratura da Diáfise do Fêmur Direito

MÉDICO: Carlos Candido

CREMEPE: 18336



JABOATÃO DOS GUARAPES, 13 DE Janeiro DE 2019.

Hermes Wagner
Ortopedista
CRM 8963

MÉDICO

ANEXO I 604-05-1-5

Ministério da Saúde		Secretaria de Saúde Pernambuco		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação de Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO				2 - CNES 000000000000000000	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO SUBSISTENTE				4 - CNES	
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE Luiz Carlos da Silva				6 - Nº DO DOCUMENTO 10377777	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)				8 - DATA DO NASCIMENTO 02/02/1977	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL Maria da Luz da Silva				11 - SEXO Nome F Tit M Fem. F	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) Rua São João Batista, n.º 212 - Torre - Classe				13 - TELEFONE DE CONTATO	
15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Paulista - PE				14 - COD. DO MUNICÍPIO	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Pericula vítima de acidente motorcyclista, apresentando Fratura fechada do fêmur do membro inferior direito					
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Tratamento cirúrgico de Fratura fechada do fêmur do membro inferior direito					
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Ampliação e En. Fémur e Tórax					
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura fechada do fêmur do membro inferior direito					
21 - CID - 10 PRINCIPAL 22 - CID - 10 SECUNDÁRIO 23 - CID - 10 TERCIÁRIO					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Tratamento cirúrgico para fratura do fêmur					
25 - COD. DO PROCEDIMENTO					
26 - CLÍNICA Neurologia					
27 - GABARITE SANITÁRIO					
28 - DOCUMENTO (CNS / CPF) () CNS () CPF					
29 - Nº DO DOCUMENTO (CNS / CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSINANTE					
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSINANTE Dr. Luiz Carlos da Silva					
31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 30/11/11					
32 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSINANTE					
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)					
33 - I - AGENTE DETRATOR 34 - I - AGENTE DE TRABALHO TÍPICO 35 - I - AGENTE DE TRABALHO ATÍPICO					
36 - CNPJ DA SEGURADORA 37 - Nº DO BILHETE 38 - SÉRIE					
39 - CNPJ DA EMPRESA 40 - CNES DA EMPRESA 41 - CSOR					
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO					
AUTORIZAÇÃO					
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
44 - COD. ORGÃO EMISSOR					
45 - Nº DO DOCUMENTO (CNS / CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)					
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO					
48 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR					

DESTA FORMA, RESTA DEMONSTRADA A AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E O TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO TENDO EM VISTA QUE A PARTE AUTORA NÃO COMPROVA TER SOFRIDO TAL LESÃO NO ACIDENTE EM QUESTÃO.

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão NO membro inferior direito com repercussão média (50%) e traumatismo crânio-encefálico com repercussão leve (25%).

Ressalta-se a discrepância entre as avaliações médicas. Administrativamente, não foi apurada qualquer lesão na região crânio-facial, reconhecendo somente a lesão no membro inferior direito com repercussão leve (25%) e no

presente laudo judicial foram apuradas lesões no membro inferior direito com repercussão maior e traumatismo craniano.

ORA, EXA., COMO BEM DEMONSTRADO ACIMA, NO MOMENTO DO ATENDIMENTO MÉDICO, A PARTE AUTORA SOFREU SOMENTE LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

COMO PODE AGORA, APÓS DOIS ANOS DO ACIDENTE, APRESENTAR TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO?

Ademais, em relação à lesão presente no membro inferior direito, cumpre esclarecer que, administrativamente, foi apurada repercussão de 25% sobre o membro.

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Desta forma, requer a intimação do ilustre perito para esclarecer a razão pela qual apura traumatismo crânio-encefálico na parte autora se EM MOMENTO ALGUM A MESMA COMPROVA QUE ADQUIRIU TAL LESAO NO ACIDENTE OCORRIDO EM 29/11/2018, bem como para avaliar os documentos médicos corretamente e esclarecer se realmente a lesão decorreu do acidente em questão.

Requer também esclarecimentos quanto ao agravamento da lesão no membro inferior direito haja vista que em sede administrativa foi apurado que o segmento possuía somente lesão leve e não total.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 24 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE